



Prazo para reorganizar Celesc é ampliado

Data limite para atender exigências da Lei Federal nº 10.840/04 passou de 16 de setembro deste ano para 30 de junho de 2006

(foto Jonas Lemos Campos)



Projeto que efetiva a desverticalização da Celesc foi discutido novamente na CCJ esta semana

O prazo inicialmente previsto para o dia 16 de setembro, para que a Celesc atenda as exigências da Lei Federal nº 10.840/04, que determina a divisão das áreas de distribuição e geração de energia elétrica, foi prorrogado até 30 de junho de 2006. A decisão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi tomada em reunião pública da

diretoria na quarta-feira (14). Moção pedindo dilatação do prazo, foi encaminhada à Agência na semana passada. Com isso, os deputados teriam mais tempo para discutir, analisar e aprimorar o Projeto de Lei nº 242/05, de autoria do governo estadual, que concretiza a determinação federal.

A matéria chegou ao Parlamento no dia 22 de junho e

tramita em regime de urgência e, regimentalmente, está com sua votação em Plenário prevista para o próximo dia 20, o que está sendo contestado pela oposição devido à previsão da venda de ativos da empresa. O diretor Econômico-financeiro da Celesc, Gerson Berti, informou ao *AL Notícias* que a prorrogação do prazo pela Aneel está vinculada à venda de ativos da geração.

Página 4

22 de setembro: Dia Catarinense sem Carros

Lei originada no Parlamento promove conscientização

Iniciativa pioneira no Brasil, aprovada pela Assembleia Legislativa em 2003, o "Dia Catarinense Sem Carros", em 22 de setembro, foi instituído com o intuito de promover a conscientização dos usuários e incentivar o desenvolvimento de novos padrões de comportamento que sejam compatíveis com uma mobilidade urbana melhorada e com maior proteção ao meio ambiente.

Conforme destaca o autor da proposta transformada na Lei nº 12.641, deputado Afrânio Bopp (PT), a inclusão des-

ta data no calendário oficial catarinense "tem o objetivo de despertar a atenção do usuário particular sobre as consequências do automóvel para o meio ambiente." A lei deixa livre a adesão ao dia sem carro, mas atribui às secretarias de Estado da Infra-estrutura e da Organização e do Lazer, a responsabilidade de desenvolver ao longo do ano, e especialmente no dia 22 de setembro, atividades educativas e a execução de campanhas e programas para atrair quem não seja adepto ao uso de carros. (CR)



Em Florianópolis, a proporção de automóveis é de quase dois por habitante

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Plebiscito da água em discussão

O Fórum Parlamentar Permanente das Águas, presidido pelo deputado Pedro Baldissera (PT), e o deputado Afrânio Bopp (PT) promoveram, no dia 15, o seminário *Plebiscito da Água*. Em discussão, a possibilidade da água ser vista como bem de valor econômico e, portanto, ter seu uso sujeito a cobrança, conforme estabelece o Projeto de Lei nº 292, de 2004, que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) encaminhou à Assembleia Legislativa.

A matéria estabelece a política de recursos hídricos em Santa Catarina e o principal item é o que atribui valor econômico à água. Se for aprovado, cria base legal para a cobrança dos usuários

da água em seu estado natural, como agricultores, indústrias e empresas públicas de saneamento.

A proposta do deputado Afrânio é que a população decida a respeito em plebiscito. Ministério Público Federal, Agência Nacional de Águas, Universidade Federal de Santa Catarina e sindicalistas estão entre os debatedores convidados. Por isso, o parlamentar sugere que a questão seja decidida pelos eleitores em um plebiscito - proposta formalizada com o Projeto de Decreto Parlamentar nº 13/05 -, dia 23 de outubro, para aproveitar a estrutura montada pela Justiça Eleitoral para o plebiscito nacional sobre comércio de armas.



Encontro foi coordenado pelo presidente do Fórum, padre Pedro Baldissera

Chance para a democracia

A seqüência de fatos lamentáveis envolvendo políticos e partidos brasileiros, estampados pela mídia todos os dias, está criando em milhões de brasileiros dois sentimentos distintos: revolta e desesperança. Revolta pelos fortes indícios de que foi roubado o sagrado dinheiro público, em um país onde falta tudo e onde parte da população está mergulhada na pobreza absoluta; desesperança por ver que políticos até então insuspeitos — e partidos que sempre pregavam a defesa da ética — de repente sentam no banco dos réus. Aí é que reside o perigo maior, na desesperança. Por culpa de alguns maus políticos — que precisam, sim, responder por seus atos e restituir à sociedade o que eventualmente tomaram — todos os demais acabam caindo na vala comum. Principalmente nós, legisladores, passamos a ser vistos como suspeitos *a priori*, e o que é uma atividade tão nobre passou a ser uma atividade sempre na berlinda.

Porém, sabemos todos que a democracia não é um processo fechado, uma questão que se resolve por decreto. É todo um caminho, nem sempre linear, horizontal. Ele tem suas curvaturas e alguns desvios. Trata-se de um processo de aperfeiçoamento gradativo e depurativo, onde a sociedade é constantemente chamada a eleger, opinar e a tirar de circulação aqueles elementos que não são dignos de confiança. É o que ocorre neste momento tão crucial para o nosso país; é por isso que esta questão toda mexe com a Nação inteira.

Se por um lado temos a revolta e a desespe-

rança, entendemos que deva ser observada também a outra face do processo; por ser um momento de depuração, ele constitui a chance de resgatarmos a verdadeira moralidade e a verdadeira ética (não aquela vendida como peça de campanha política); de dizermos a toda a classe política (em especial àqueles que representam o povo nos parlamentos, como é o nosso caso) que chegou efetivamente a hora de fazer valer os princípios essenciais da República (vale lembrar que esta palavra vem do latim, e quer dizer “da coisa pública”), que é o momento de TODOS nós vivermos a política do modo mais nobre e decente, conforme preconizam os princípios fundamentais desta verdadeira missão, que é servir à população.

Este momento em que políticos e partidos se vêem no olho do furacão, e em que muitos aventureiros aproveitam para plantar idéias estapafúrdias de retrocesso, precisamos todos ter a serenidade necessária para entender que estamos atravessando apenas uma etapa, uma fase ruim e amarga, como certamente não gostaríamos de ter de passar, mas que faz parte do nosso processo de amadurecimento como Nação organizada. Outras nações viveram (e vivem) o horror da guerra física: nós vivemos nossa guerra particular onde o inimigo comum é a corrupção, trincheira dos maus políticos. Temos a certeza de que, como temos o melhor preparo, a melhor convicção e — o que é decisivo — o maior contingente, sairemos vitoriosos no final. Só não podemos é desanimar.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Celesc: Governador ignora debate da Assembléia

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina teve papel fundamental na decisão da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que anunciou, esta semana, a prorrogação do prazo para a decisão sobre a desverticalização da Celesc — o prazo para a separação entre as partes de geração e distribuição de energia esgotava no dia 15 de setembro deste ano, com a nova decisão, foi ampliado para o dia 30 de junho de 2006.

No entanto, enquanto havia esforço dos parlamentares para garantir a Celesc pública, o Governo trabalhava em sentido contrário: apresentou à Aneel a proposta de privatização das unidades de geração da empresa como se já estivesse consolidada essa tese no Parlamento Catarinense. Essa postura privatista do Governo Estadual ficou explícita em documento encaminhado à Aneel em 10 de agosto último. No documento assinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, há a afirmação que como resultado do debate com a oposição e os sindicatos dos empregados, “erigiu como possibilidade a alienação pura e simples dos ativos que compõem a geração de energia da empresa.” Ou seja, o Governo já havia decidido o destino da empresa, antes mesmo da realização de audiência pública da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), no dia 6 de setembro, proposta

por nós apresentada. E, de forma maliciosa e desonesta, negociou junto à Aneel utilizando o aval da Assembléia e da Intersindical dos eletricitários, antes mesmo de deliberação dessas instâncias sobre o assunto.

Durante o nosso trabalho de análise do projeto, apresentamos 24 emendas ao projeto original e a maioria foi acatada pelo relator, deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do Governo. Nossa finalidade, com as emendas, era contribuir para melhorar o projeto do Governo, garantindo mais transparência e democracia. Porém, às vésperas da votação do projeto — em 31/08-2005-, o relator apresentou um substitutivo global à matéria original, propondo a privatização da parte de geração de energia da Celesc, bem como a venda das ações em outras empresas onde a Celesc tem participação.

É fundamental que essa postura autoritária do Governo seja revertida e seja retirada a urgência na tramitação do projeto de desverticalização. O debate proporcionado pela audiência pública, extremamente representativa, apontou de forma unânime a necessidade de aprofundamento da discussão e da construção de alternativas que garantam a Celesc pública, este deve ser o esforço de todos que, de forma sincera, tem esta posição.

Deputado Vanio dos Santos (PT)

Lily Marinho lança livro

Nascida na Alemanha, na cidade de Colônia, educada em Paris de forma rígida pelo pai, mas estimulada às artes e aos esportes pela mãe, Lily Marinho lança, no dia 19, na Galeria de Artes Meyer Filho da Assembléia Legislativa, o livro *Roberto & Lily*. Na publicação, Lily narra a história de amor que viveu com o jornalista Roberto Marinho, fundador da Rede Globo, terceiro maior grupo de mídia mundial. Também relata, sob sua ótica, o trabalho que o marido desempenhou em prol da cultura, da educação e da defesa do patrimônio do Brasil, assim como as verdades e mentiras sobre sua personalidade, sua relação com o poder e sua intimidade no

ambiente familiar.

Publicado pela Editora Record, o livro escrito pela viúva de Roberto Marinho, resgata mais de meio século da vida política e cultural do Rio de Janeiro e do Brasi. A efervescência da cidade, o Teatro Municipal, o glamour dos cassinos, os bailes do Golden Room e do Palácio do Itamaraty, o requinte do Copacabana Palace, onde conheceu Roberto Marinho, em 1941. A publicação tem 80 fotografias, escolhidas e comentadas por ela, documentos e cartas de amigos, como Hebe Camargo e Antônio Carlos Magalhães. A autora já anunciou que vai doar toda a renda obtida com a venda do livro para a Pastoral da Criança, da médica Zilda Arns. (SCT)

Agenda

Dia 19, 19h – Lançamento do livro *Roberto e Lily*, de Lily Marinho

Local: Hall da Alesc

Dia 20, 10h – Solenidade de instalação da Frente Parlamentar Catarinense de Defesa da Criança e do Adolescente

Local: Plenário

Dia 20, 19h – Sessão solene em comemoração aos 79 anos de criação do Corpo de Bombeiros

Local: Plenário

Dia 21, 10h – Comissão de Finanças – Audiência pública para debater o déficit habitacional em Santa Catarina

Local: Plenário

Dia 21, 19h – Homenagem ao cardeal dom Eusébio Oscar Scheidt

Local: Plenário

Dia 22, 13h30min – Lançamento do Programa Agente da Paz

Local: Plenário

Dia 22, 19h – Homenagem aos 50 anos da Igreja Brasil para Cristo

Local: Plenário e hall da Alesc

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kelen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercilio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Seminário em Ituporanga qualifica agentes políticos

(foto Alberto Neves)

Localizada no Alto Vale do Itajaí, Ituporanga recebeu no último dia 9, sexta-feira, a primeira etapa (de um total de três), do "1º Seminário da Região do Alto Vale do Itajaí - Pensando o Poder Legislativo Municipal". O evento realizado pela Escola do Legislativo, Programa Interlegis do Senado Federal e Ucavi (União das Câmaras do Alto Vale do Itajaí), teve 45 participantes, entre eles, o prefeito municipal de Ituporanga, Carlos Hoegen, quatro presidentes de legislativos municipais e 26 vereadores, representando nove municípios.

Na abertura oficial foi apresentado um vídeo em que o deputado Julio Garcia (PFL), presidente da Alesc, desejou sucesso e êxito aos palestrantes e participantes do evento. Também o deputado Celestino Secco (PP), presidente da Escola do Legislativo, enviou sua mensagem, enfatizando a importância da busca de qualificação dos vereadores, assessores e agentes políticos vinculados à Ucavi.

Edson Fronza, presidente da Ucavi, disse que "houve uma renovação de 66% dos legisladores na região

e que a instituição busca, em parceria com a Escola, qualificá-los para que possam melhor atender a comunidade que representam". Para o prefeito Carlos Hoegen, "eventos como este são o melhor caminho para aperfeiçoar as casas legislativas". O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) salientou o orgulho de representar o presidente do Parlamento catarinense e enfatizou que o Legislativo municipal não é diferente em suas responsabilidades. "O nosso trabalho tem a mesma função e missão. A atualização e a busca de novos conhecimentos não são privilégio apenas do vereador. O conjunto de palestras aqui apresentadas permitirá mais conhecimento para melhor legislar", finalizou Peninha.

Os participantes discutiram aspectos do Processo Legislativo, com Vera Lúcia Farias, servidora da Assembleia Legislativa; a Lei nº 8.666/1993 - Licitação, com Nadiesda Ghizzo Schmidt, Míriam Furtado Krieger e Sinara Valar dal Grande, todas servidoras do Poder Legislativo; Orçamento Público, com Gerado José Gomes (do TCE), e Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentado por Evândio Souza (do TCE).



Palestras levadas pela Escola ajudam na qualificação de vereadores, prefeitos e servidores

Cultura e Turismo

Com o objetivo de auxiliar a criação de um novo conceito que uniformize o segmento cultura/turismo como fonte de desenvolvimento econômico, a Escola do Legislativo realiza, no dia 26 de setembro, o Seminário Cultura e Turismo no século XXI e as Cidades - 2005. Direcionado

aos servidores municipais das prefeituras, Câmaras de Vereadores, secretarias de Turismo, Educação, Cultura, Planejamento, estudantes da área e comunidade em geral, o evento acontecerá no Centro de Capacitação do Servidor Público, na rua Tenente Silveira, 162, 11º andar, Florianópolis. (MAG)

As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas.

Informações na Escola do Legislativo pelo telefone (48) 221-2828/2952 ou no endereço eletrônico www.alesc.sc.gov.br/escola/.

Assembleia inicia remessa de requerimentos pela rede

Leva o número RQS 1163/2005 o primeiro requerimento eletrônico aprovado pela Assembleia Legislativa na sessão do dia 15 de setembro. A proposição, apresentada pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), solicita o envio de mensagem eletrônica (e-mail) ao jornalista tubaronense José Paulo Garcia, cumprimentando-o pelo fato de estar ocupando interinamente a presidência da FCF (Federação Catarinense de Futebol). Normalmente, o Departamento Parlamentar incumbido a Divisão de Expediente da Alesc de enviar expedientes deste tipo através de fax ou pelos Correios.

Com a aprovação do requerimento eletrônico, Genésio Goulart acredita que haverá mais velocidade no envio dos expedientes. O parlamentar também defende que as indicações mais urgentes sejam enviadas através da Internet, com a disponibilização do conteúdo nos sites governamentais, a

fim de proporcionar um maior controle da sociedade em relação aos trabalhos da Casa.

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), deferiu o procedimento e determinou o envio imediato da mensagem de congratulações ao presidente interino da Federação. A Alesc é exemplo nacional em transparência ao divulgar na rede mundial de computadores suas ações e o funcionamento interno. Além disso, possibilita aos gabinetes solicitar serviços e materiais de expediente através do computador. Também disponibiliza uma emissora de televisão e outra de rádio *on line*. A Divisão de Imprensa fornece aos veículos de comunicação de todo o Estado matérias e fotografias pela Internet. O objetivo de Goulart, ao apresentar a nova modalidade de requerimento, foi estender ao âmbito do envio de expedientes as facilidades da tecnologia.

Orleans recebe recursos para a saúde

O prefeito em exercício de Orleans, Jacinto Redivo (PFL), foi recebido na manhã de quarta-feira (14), em audiência, pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), ocasião em que a Secretaria de Estado da Saúde liberou convênio no valor de R\$ 143.350 para a construção e reforma de postos de saúde do município. O secretário da Saúde, Dado Cherem (PSDB), participou do encontro e, segundo o prefeito, garantiu para breve a assinatura de mais dois convênios para a compra de equipamentos destinados à Fundação Hospitalar Santa Otília e à compra de um microônibus para o transporte de pacientes.

"Hoje foi a conquista desses recursos, em duas parcelas, para a construção de um posto de Saúde próximo à localidade de Rio Belo e reforma do Posto Central do SUS, no centro da

cidade. Aguardamos agora a liberação de R\$ 94 mil para a Fundação Hospitalar Santa Otília e a compra do microônibus, entrando a prefeitura com a contrapartida de 20% do valor. Fomos muito bem-atendidos pelo secretário e o êxito de nossas reivindicações deve-se à participação do presidente da Assembleia na intermediação", declarou o prefeito.

Garcia, que integra a bancada de deputados do Sul do Estado, disse que sua participação no processo faz parte da missão parlamentar, de representante da região. "Encurtar distâncias entre a população e o Poder executor é das missões parlamentares mais gratificantes, porque o resultado beneficia principalmente as pessoas mais carentes e mais distantes dos recursos necessários para uma melhor qualidade de vida", destacou Garcia. (CA)



Convênio foi celebrado durante reunião no gabinete da Presidência

Fórum Ítalo-brasileiro promove encontro

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os atos heróicos de Giuseppe e Anita Garibaldi, que culminaram em mudanças importantes, tanto na vida política da Itália quanto do Brasil, foram os destaques do seminário *A Epopéia Garibaldina*, promovido pelo Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro na tarde do dia 12, no Plenário. O presidente do Fórum, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), destacou que o encontro resultou da colaboração entre o Instituto Fernando Santi, o Fórum da Assembleia e a Câmara Italiana de Comércio e Indústria de SC.

Entre os participantes, destacou-se a presença do presidente da delegação do Instituto Regional Siciliano Fernando Santi, Luciano Luciani, a presidente da Associação Anita Garibaldi, de Porto Alegre, Elma Sant'Ana, e o representante do Comitê Gianicolo Roma/Itália, Gianluca Bernardo. Luciani falou sobre a importância de estudar os feitos de Anita e Giuseppe, além de promover encontros culturais entre a América Latina e a Itália. "Intercâmbios culturais entre Brasil, Itália e outros países da América Latina são importantes para potencializar o turismo nos locais onde o casal passou", avaliou.

Garibaldi passou a vida defendendo a igualdade para os povos e repudiava aqueles que usufruíam do poder para fins próprios. Por isso, a república era por ele tão defendida. Gianluca Bernardo comentou sobre os feitos heróicos de Giuseppe na defesa da recém-criada República da Itália contra os soldados fran-



Luciano Luciani, Rogério Mendonça e Elma Sant'Ana

ceses que tentavam invadir o local.

"O verdadeiro herói é aquele que luta pela liberdade de outros povos", citou Elma Sant'Ana. Ela destacou a participação de Garibaldi na Revolução Farroupilha, lembrando que no dia 13 iniciariam as comemorações da Semana Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que se estenderá até o dia 20 deste mês.

Na Guerra dos Farrapos (1935-1945), ou Revolução Farroupilha, os republicanos do Sul combateram o Império do Brasil. Em Laguna, Garibaldi conheceu Ana Maria de Jesus Ribeiro, Anita, que se tornou sua es-

posa com quem se companheira de lutas na América do Sul e depois na Itália. A tomada de Laguna pelos farroupilhas ocorreu, principalmente, por ser um porto de mar à disposição, no momento em que estavam sem saída para o mar, no Rio Grande do Sul. Daí o interesse de incorporá-la à então proclamada República Riograndense ou República de Piratini.

Neste ano, completam-se 133 anos da morte de Garibaldi e 156 anos da morte de Anita. Para Elma Sant'Ana, os dois são os maiores símbolos do Fórum Ítalo-brasileiro. (MAP/TK)

Celesc

Venda de ações é ponto mais criticado

A proposta governamental está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça com pedido de vista concedido aos deputados Vanio dos Santos (PT) e Joares Ponticelli (PP), após apresentação do relatório do deputado João Henrique Blasi (PMDB), com substitutivo global acatando algumas emendas parlamentares, entre estas uma do próprio Blasi que prevê a venda de ativos da geração para evitar prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 130 milhões, em valores não definitivos.

Segundo o diretor Econômico-Financeiro da Celesc, Gerson Berti, a prorrogação do prazo pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) está vinculada a venda de ativos da geração. A geração da Celesc é operada por 12 pequenas centrais hidrelétricas com 85,64 megawatts de capacidade instalada.

Votação - Para o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), a prorrogação do prazo para a reorganização vai possibilitar novos debates entre a Celesc e o Parlamento.

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, adiantou que a oposição deverá se unir em torno de uma tática para barrar a apreciação e votação do PL nº 242/05, na terça-feira (20), devido a venda das ações. O petista Dionei Walter da Silva avalia que com a prorrogação de prazo dada pela ANEEL existe tempo para o debate e pede que seja dado no mínimo 30 dias que para que se avance nas discussões. (SD)

Conselho de Administração comemora 40 anos

(fotos Solon Soares)

A bancada do PSDB na Assembleia Legislativa foi a autora do requerimento para a realização da sessão solene que homenageou, na noite do dia 9, administradores de todo o Estado, pelos 40 anos de regulamentação da profissão. Isso foi possível com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. Durante a sessão, presidida pelo deputado Francisco Küster (PSDB), 26 pessoas foram homenageadas com a Comenda Mérito em Admi-

nistração, em várias categorias, pelo CRA/SC (Conselho Regional de Administração), órgão responsável pela fiscalização do exercício da profissão no Estado.

O Legislativo estadual também homenageou os profissionais que se destacaram em suas atividades com a entrega de uma placa comemorativa, iniciativa do deputado licenciado Djalma Berger (PSDB), antes de assumir a Secretaria Municipal de Obras de Florianópolis. "O administrador desempenha papel relevante



Administradores receberam homenagem no Plenário



Djalma Berger, deputado licenciado, homenageados e deputado Francisco Küster

na administração pública e privada. É uma liderança que compartilha conhecimentos, transformando a economia brasileira", afirmou Berger.

O presidente do CRA/SC, Everaldo José Tiscoski, disse que, apesar de jovem,

a profissão vai se consolidando. "A retomada do crescimento do país passa pela valorização do profissional de administração, que ocupa papel primordial no desenvolvimento de organizações mais sustentáveis." (RMPP)

Promotor fala sobre cartel de postos de combustíveis

O comportamento do Ministério Público Estadual diante das denúncias de formação de cartel entre os proprietários de postos de combustíveis da Grande Florianópolis foi o motivo da presença do promotor da Coordenadoria de Defesa do Consumidor, Antenor Chinatto Ribeiro, na manhã de quarta-feira (14), na Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL). A solicitação foi feita pelo deputado Paulo Eccel (PT), já que a instituição convidada não compareceu à audiência pública marcada para o dia 25 de agosto quando iria manifestar-se sobre sua posição diante da prática dos aumentos abusivos nos combustíveis.

Chinatto disse que, embora ele esteja tratando do assunto há cerca de quatro meses, o Ministério Público já tem ajuizadas duas ações. Uma delas trata da formação de cartel, inclusive com audi-

ência marcada para o próximo dia 25. “Sabemos das divergências entre os preços praticados no Estado. O que podemos dizer é que existem indícios, mas o que nos falta são as provas. Não temos poderes de controlar preços. Não adianta fazermos aventuras. Enquanto não tivermos condi-



Antenor Chinatto Ribeiro



(foto Salon Soares)

Integrantes da Comissão ouviram as explicações do MP e deram sugestões

ções de demonstrar por meio de provas não vamos iniciar nenhuma ação que possa, mais tarde, trazer transtornos para o Estado, em termos de indenização”, observou.

Conscientização - O deputado Afrânio Boppré (PT) sugeriu que seja criada, a partir da Assem-

bléia Legislativa, campanha semelhante a “Consumo consciente”, para estimular a escolha do estabelecimento que pratica o melhor preço. Francisco Küster (PSDB) lembrou que os postos de combustíveis são concessões do governo o que justificaria o uso

“das emissoras de rádio, inclusive a Rádio Aleesc, para informar onde se está praticando preços mais baratos na região”.

Conforme salientou Chinatto, trouxe informações até então desconhecidas dos parlamentares. “O MP ajuizou duas ações, iniciadas em 2000, e no dia 25 vamos ter audiência de uma delas. Isso nos passa mais tranquilidade, pois estamos sabendo que processos se encontram em andamento, incluindo uma ação penal que estabelece pena de prisão. Vamos nos reunir na próxima semana e ver a possibilidade de entrar com um projeto de resolução aqui na Casa para que nossos veículos de comunicação - TVAL, o AL Notícias e a Rádio Aleesc Digital - possam informar onde são praticados os menores preços”, finalizou.

Participaram da reunião os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), João Henrique Blasi (PMDB) e José Carlos Vieira (PFL). (CA)

Ministério Público e consumidores apoiam proposta em audiência pública

Ouvir a manifestação de entidades de defesa do consumidor e do governo do Estado a respeito do projeto que trata da informação sobre os impostos incidentes em mercadorias e serviços, de autoria do deputado Cezar Cim (PDT), foi o objetivo da audiência pública realizada na manhã de terça-feira (13). O evento foi proposto pelo relator da matéria na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Joares Ponticelli (PP).

O Projeto de Lei nº 364/04 determina que todos os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços no Estado devem assegurar informações claras e precisas sobre os impostos incidentes nos produtos e serviços postos à venda ou à disposição do consumidor. O representante do Ministério Público Estadual e da Defesa do Consumidor da capital, Fábio de Souza Trajano, defende a criação da lei, pois vai permitir maior transparência sobre informações que são de direito do consumidor. Trajano lem-



Promotor Fábio de Souza Trajano

brou que este ano o Código de Defesa do Consumidor completa 15 anos. “É importante que o consumidor saiba quanto está pagando de impostos, até para poder adotar postura de reclamar seus direitos”, observou.

Elizabete Baesso, presidente da Adocon-SC (Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores), aliou-se às manifestações de Trajano e lembrou a realização da Feira dos Impostos, idealizada por jo-

vens empreendedores catarinenses, onde o consumidor pode avaliar o “assombroso” valor pago através das tributações. “Os depoimentos dos cidadãos eram de espanto quando verificaram que na bomba de gasolina o consumidor pagava 45% em impostos e que até a própria cachaça tem 80% de tributação.

Essas informações não podem ser negadas ao consumidor.”

Custos - O deputado Celestino Secco (PP) considerou interessante a proposta da lei, mas acredita que sua criação vai pesar no bolso justamente dos consumidores. “Para quem vai ser repassado o custo final de mais este item que onera os produtos e serviços? Só pode cair em cima do cidadão. Da forma que está sendo apresentado, o projeto vai onerar o consumidor. E se for

assim, sou contrário”, argumentou.

Representando a Secretaria Estadual da Fazenda, Paulo Mendes associou-se ao deputado e disse que o assunto deveria ser tratado junto ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) para evitar problemas futuros, quando da implantação da lei. “O ICMS, por exemplo, é um tributo estadual com característica federal e qualquer tipo de alteração que venha a ser feita depende de sua aprovação. Esse órgão congrega o Ministério da Fazenda e as secretarias de Fazenda dos Estados. E como o assunto se trata de obrigação acessória para os contribuintes, o caminho seria esse. O deputado Celestino está correto. Isso vai apresentar demanda de custo, não só para o contribuinte, como também para a Secretaria da Fazenda”, informou Mendes.

Participaram também os deputados Jorginho Mello (PSDB), presidente da CCJ, Dionei Walter da Silva (PT), João Henrique Blasi (PMDB) e Sérgio Godinho (PTB). (CA)



Paulo Mendes



Elizabete Baesso

Finanças aprova cobrança para uso de faixas próximas às rodovias

A proposta governamental que dispõe sobre a exploração do uso e comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado, por empresas concessionárias de serviço público, por empresas privadas ou por particulares foi aprovada na manhã de quarta-feira (14), em reunião da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). Um dos parlamentares que manifestaram-se contrariamente ao projeto, Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), argumentou que, se as concessionárias de serviços públicos das áreas de água e saneamento, energia elétrica e telecomunicações tiverem de pagar pela utilização desses espaços, o custo será repassado ao consumidor, representando, em seu ponto de vista, um aumento

da carga tributária.

Em ocasião anterior, atendendo a pedido de diligência formulado pelo deputado Joares Ponticelli (PP) na Comissão de Constituição e Justiça, o secretário da Infra-estrutura, Mauro Mariani (PMDB), explicou aos deputados que o objetivo da proposta é recuperar a arrecadação do Deinfra (Departamento de Infra-estrutura), para manter pavimentados os 4 mil quilômetros de rodovias no Estado e investir nos mais de 2 mil quilômetros de estradas que ainda não têm pavimentação. Na época, ele informou que a arrecadação do órgão é inferior a R\$ 8 milhões por ano, valor insuficiente para a realização dos trabalhos necessários. A proposta recebeu de Ponticelli uma emenda aditiva, em que foram incluídos valores e

sanções referentes às ocupações das faixas de domínio.

Discussão - O presidente da Comissão, deputado Dentinho, deverá buscar, de acordo com o regimento interno da Assembleia, o retorno do Projeto de Lei nº 95/05, de origem legislativa, assinado por lideranças partidárias, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte em Santa Catarina. O projeto, que tinha o deputado Manoel Mota (PMDB) como relator na CFT, tramitava em regime de urgência e teve prazo esgotado de apreciação.

Por solicitação do deputado Onofre Agostini (PFL) à Mesa, a proposta foi enviada à Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia. Vieirão questionou a falta de um relatório que permitisse o debate na comissão de mérito, no caso a de Finanças e Tributação. (SD)

Legislativo assina pacto em defesa da criança e do adolescente

(foto Solon Soares)



Simone informou aos deputados sobre a assinatura do pacto pela Alesc

Um dos assuntos tratados na reunião de quarta-feira (14) da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), foi a assinatura do Pacto Nacional em Defesa da Criança e do Adolescente, que ocorrerá no dia 20, às 10 horas, no Plenário. O comunicado foi feito pela deputada Simone Schramm (PMDB) e, segundo ela, foram convidados os presidentes da 293 câmaras municipais do Estado e promotorias da Infância e da Juventude, já que o Ministério Público é um dos parceiros desse pacto.

Sobre o Projeto de Lei nº 93/05, que autoriza o Poder Executivo a instalar núcleos de assistência social nas gerências de ensino do Estado, os parlamentares aprovaram o parecer contrário do deputado relator, Reno Caramori (PP), na ocasião re-

presentado pelo seu colega de partido, deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP). Caramori, em seu relatório, disse, entre outros itens, que o projeto é inconstitucional.

Ainda na mesma reunião, os parlamentares deliberaram pelo encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça do convênio de cooperação entre o Parlamento e o CSQC (Comitê Sul-brasileiro de Qualidade de Combustíveis), que busca incentivar o intercâmbio técnico, operacional e administrativo entre ambos para pesquisa, consultoria e apoio técnico do setor.

A presidente da Comissão informou que no próximo dia 22, às 14 horas, no Plenário, será realizada audiência pública solicitada pela Associação dos Magistrados Catarinenses sobre a Semana Estadual da Cultura e da Paz. (RMPP)



Vieirão - ao microfone - manifestou contrariedade à cobrança

Embalagens de leite terão calendário de vacinas

(foto Solon Soares)

De autoria da deputado Francisco de Assis (PT), a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), aprovou o Projeto de Lei nº 110/05, que determina a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias, do Ministério da Saúde, nas embalagens de leite dos tipos B e C comercializadas no Estado. O projeto foi relatado pelo deputado Paulo Eccel (PT), que considerou a proposta "meritória, eficiente e acessível, já que as vacinas infantis contribuem para a melhoria da saúde das crianças".

Entre os vários projetos aprovados

pela Comissão estão ainda o PL nº 310/05, do deputado Onofre Agostini (PFL) e relatado por Francisco Küster (PSDB), que institui o dia 10 de outubro como a data comemorativa do Motorista de Ambulância, um profissional, que segundo seu autor, tem dedicação especial com os doentes catarinenses; o PL nº 115/05, do deputado Manoel Mota (PMDB) e relatado por José Carlos Vieira (PFL), que reconhece o município de Gravatal como Capital Catarinense das Águas Hidrominerais. Segundo este projeto, as águas hidrominerais desse município, que têm propriedades terapêuticas, ocupam a segunda posição mundial em qualidade. (RMPP)



Reunião da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos

Fraudes em placas de automóveis motivam convocação de secretário

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, em nome da bancada, apresentou um requerimento de convocação extraordinária à Comissão de Segurança Pública, exigindo a presença do secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), para uma audiência em que se possa esclarecer denúncias publicadas pela imprensa, no último dia 11, de irregularidades no sistema de emissão de lacre em placas de automóveis.

Segundo o parlamentar, é imprescindível que o secretário explique por que o Detran, órgão responsável por este serviço, abriu mão dessa responsabilidade em nome da Associação dos Fabricantes de Placas - o que teria aberto caminho para a prática de atos irregulares -, e quem são os responsáveis.

"O convênio firmado entre a Secretaria e a Associação foi assinado pelo então secretário e atual líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado João Henrique Blasi (PMDB), quando era secretário. É necessário que se investigue quem são os profissionais liberais por trás dessa operação e assim chegaremos ao caixa da Associação. Então, descobriremos quem está lucrando", enfatizou Ponticelli. Ele também informou que, em conversa por telefone com vários associados descobriu que estes pagam altas taxas para a entidade, mas não



Blasi endossou vinda de Benedet....



...requerida pelo líder do PP

sabem dizer onde o dinheiro é aplicado. "Nem vou entrar no mérito antes de conversar com o secretário. Mas o que se diz por aí é muito grave", comentou.

Tendo em mãos cópia de requerimento protocolado em 18 de fevereiro deste ano, no Centro Administrativo do Estado, por um fabricante de placas pedindo a averiguação dos fatos, Ponticelli observou: "o governo não pode dizer que não tinha conhecimento dos fatos". Ele lamentou que o chefe do Executivo não tenha dado uma resposta até hoje e sugeriu que

sejam convocados o diretor do Detran e o presidente da Associação. "Se nos convenceremos de que não há fraude, ou corrupção, daremos o assunto por encerrado e admitiremos a fragilidade do sistema", finalizou.

O líder do PT, Paulo Eccel, considera que o problema "mostra mais uma faceta da insegurança pública em Santa Catarina". Na sua opinião, este é um serviço que deveria ser feito pelo Estado. Ele lembrou que por causa da clonagem de placas uma pessoa pode receber multa por uma infração que não cometeu.

Esclarecimentos

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), concordou com a gravidade das denúncias e com a necessidade de apuração, destacando que a presença do secretário Ronaldo Benedet será importante para esclarecer os fatos.

Para o parlamentar, não será muito difícil detectar as empresas envolvidas na irregularidade do sistema de emissão de lacres nas placas automobilísticas, pois cada lacre é personalizado, tornado-se diferenciado. "Temos que rever os mecanismos de fiscalização para que irregularidades como essas não voltem a acontecer."

O líder da bancada peemedebista, deputado Manoel Mota, disse que o autor do decreto que transferiu a autonomia dos lacres para as empresas fabricantes das placas é o ex-governador Esperidião Amin (PP), em 2001, mas garantiu que o seu governo investigará as denúncias. "Conseqüiremos identificar através dos próprios lacres quem os colocou. Luiz Henrique é um homem honrado que toma suas medidas no momento exato, como foi o caso do diretor da Polícia Civil. Estamos seguindo o caminho da transparência e da legalidade." (DAB/MOR/TM/TK)

Matéria publicada em jornal é "preconceituosa", dizem parlamentares

A matéria do jornal *Diário Catarinense*, sobre funcionários de gabinetes que também ocupam cargos de dirigentes de partidos - publicadas na edição dia 11 - provocou uma acalorada manifestação do deputado petista Francisco de Assis, endossada por seus companheiros de bancada em apertes.

Assis defendeu prontamente todos os seus funcionários de gabinete e garantiu que, para ele, é um orgulho ter como companheiros de trabalho pessoas dedicadas e capacitadas ao ponto de serem dirigentes de partido. "Tenho um funcionário que trabalha co-

migo há três anos. Na época, ele não era dirigente de partido, hoje é e tenho orgulho de sua carreira", afirmou Assis.

O deputado argumentou que lamenta que grandes jornais façam matérias desse tipo, falando de pessoas de bem que trabalham de graça em prol do partido e também para garantir o seu sustento. Conforme Assis, as portas da Assembleia estão abertas para quem quiser conferir quem realmente trabalha ou é funcionário fantasma. "Estamos vivendo um preconceito parecido com o que vivemos na criação do partido. Agora tudo é culpa do PT", avaliou.

O deputado José Paulo Serafim (PT)

comentou não ter dúvidas a respeito do preconceito que recai sobre os petistas atualmente, já que eles representaram a classe dos trabalhadores, sempre atacada. "Até a filha do presidente da República está sendo alvo de matérias por ter sua passagem aérea comprada pelo fundo partidário, para comparecer à posse do pai. Para ganhar as eleições, gastamos tanto dinheiro que quase falimos o partido e tivemos que pedir emprestado. O PSDB, que perdeu e ainda saiu rico, ninguém questiona?"

O líder da bancada, deputado Paulo Eccel, classificou a matéria de "hipócrita, tendenciosa e maldosa", já que foi dedicada uma página e meia só para o

PT, enquanto os outros partidos mal dividiram uma parte do canto da página. "Hoje virou moda bater no PT." Ana Paula Lima disse que é injusto o que está ocorrendo, pois o PT ajudou a construir a democracia no Brasil.

Também a deputada do PL, Odete de Jesus, reclamou da matéria divulgada e salientou que teve funcionários de seu gabinete incluídos, todos "assíduos e trabalhadores". Com relação à contribuição partidária, Odete afirmou: "sou a dirigente do partido e respeito o estatuto, e deixo claro que todos são livres para fazer as suas doações". (TK)



Deputada Ana Paula Lima



Deputado Francisco de Assis



Deputado José Paulo Serafim



Deputada Odete de Jesus



Deputado Paulo Eccel

Vieirão cobra policiamento e projeto para Bombeiros

Preocupado com a atual situação da segurança pública, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) criticou, em discurso na sessão de terça-feira (13), a falta de policiamento na capital. De acordo com o parlamentar, "é assustador circular de carro e principalmente a pé pelas ruas da cidade, pois mesmo com o visível crescimento da violência as autoridades continuam afirmando que o município está seguro".

Vieirão sugeriu que o dinheiro aplicado no Fundo Social seja investido também na área da segurança, sendo que reconheço que existe um relevante investimento nesta classe. "Só vemos policiais na ruas quando a cidade está comemorando algo, ou quando está em conflito, como aconteceu recentemente com os estudantes", destacou.

Projeto - O progressista reivindicou com veemência, durante manifestação em Plenário, há duas semanas, que o Executivo encaminhe à Assembléia Legislativa o projeto de organização básica do Corpo de Bombeiros. Em portaria publicada no *Diário Oficial do Estado*, de 23 de agosto de 2005, o comandante-geral do Corpo de Bombeiros de



Progressista pediu remessa da proposta

Santa Catarina, coronel Adilson Alcides de Oliveira, informa que o projeto da LOB/BM (Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar, remetido ao governador em 2003 através da Secretaria de Segurança Pública, ainda permanecia no Executivo.

Em função disso e das necessidades prementes de organização da corporação, foram criadas através da mesma portaria, até que seja aprovada e sancionada a LOB/BM, diversas estruturas, algumas com efeitos retroativos ao ano passado.

Esclarecimentos - Ele ainda informou que protoco-

lou, no último dia 29, pedido de informações ao governo estadual para esclarecer a relação existente entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão e a empresa Praxis Feiras e Congressos. A Praxis, segundo matéria divulgada pela imprensa, foi responsável pela realização de 14 eventos promovidos pela Secretaria, desde 2003. O deputado questiona o fato de que a empresa funciona no mesmo endereço onde estão estabelecidas a *Pires e Associados Eventos e a Pires e Associados Assessoria*, agências que têm como sócios, segundo a reportagem, a diretora geral da Secretaria, Anita Pires, e os filhos dela.

"Fazer reunião de colegiado através de um empresa de eventos? Isso é demais. Eu nunca imaginei que isso pudesse ocorrer. No (jornal) *Diário Catarinense* há algumas pérolas ditas pelo secretário do Planejamento, Armando Hess de Souza. Uma delas é a de que o valor gasto nos eventos promovidos pela Praxis são pequenos", comentou Vieirão. De acordo com ele, o secretário disse que cada organização destinou entre R\$ 1.800 e R\$ 2.500 à SEP e afirmou que foi Anita Pires quem indicou a empresa. (MAP)

Küster teme que reforma política não saia

Com as atenções do Congresso Nacional voltadas para as denúncias de corrupção envolvendo parlamentares e integrantes do governo, o deputado Francisco Küster (PSDB) teme que o projeto de reforma política não seja votado a tempo. Para qualquer mudança valer já para as próximas eleições, em 2006 elas terão de ser feitas até o dia 30 de setembro. "Não sei se haverá tempo para votar essas alterações. O Congresso não funciona, está mergulhado nas histórias de mensalinho e mensalão", lamentou Küster.

O deputado defendeu a punição de "corruptos e corruptores", mas acha que o Congresso precisa honrar seus compromissos e votar a pensar na reforma política.

Ele citou os principais pontos da minirreforma eleitoral aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Dentre eles, destacam-se: o que determina que os candidatos com mandato devem estar filiados há pelo menos três anos no partido pelo qual vão disputar o pleito, o que estabelece que o tesoureiro e o candidato terão responsabilidade solidária na arrecadação, gestão e aplicação dos recursos arrecadados para a campanha e o que permite que apenas uma conta receba recursos para a campanha, sendo que o descumprimento pode acarretar rejeição das contas e impugnação do registro da candidatura. Para o deputado, esta reforma ainda não é a ideal. Entretanto, considera que ela aprimora o processo eleitoral. (MAP)

Titon fala de obras financiadas por Fundo

Os recursos do Fundo Social em todo o Estado estão possibilitando a execução de obras há muito tempo solicitadas, como o asfaltamento do trecho de 13 quilômetros entre a BR-470 e o distrito de Ibicuí, em Campos Novos, e a abertura do processo licitatório para a pavimentação do acesso ao município de Celso Ramos. Conforme o deputado Romildo Titon ((PMDB), já foram liberados R\$ 6 milhões para a pavimentação da estrada do distrito de Ibicuí, sendo R\$ 4,5 milhões repassados pelo governo de Santa Catarina e R\$ 1,5 milhão oriundos da prefeitura de Campos Novos.

Com isso, será beneficiada diretamente uma das maiores empresas do Estado na área de papel e celulose, instalada nesse distrito. "Isso só está sendo possível devido à criação do Fundo Social. São obras que estamos pedindo há muito tempo e agora vamos ver concluídas", disse o peemed-



Titon: Fundo Social viabiliza recursos

bista em Plenário.

Ele afirmou ainda que os recursos destinados ao asfaltamento do acesso ao município de Celso Ramos tem valor aproximado de R\$ 8 milhões. "São muitas obras e municípios beneficiados, como Campos Novos e Celso Ramos, não esquecendo do trecho que liga São José do Cerrito a Lages, que é a espinha dorsal de Santa Catarina. São obras importantíssimas para o Estado", concluiu. (GMP)

Denúncia provoca embate

Trechos de uma carta que teria sido assinada por funcionários da CEF (Caixa Econômica Federal), acusando o presidente da instituição, Jorge Mattoso, de valorizar apenas funcionários filiados ao Partido dos Trabalhadores ou que tenham ligação com sindicatos e associações de gerentes, e o deputado Vanio dos Santos (PT) de estar "comandando" cinco regionais do banco oficial foram lidos pelo deputado Nelson Goetten (PFL) em Plenário. "É uma covardia com os trabalhadores. Quero que isso seja muito bem explicado. Vou enviar esta carta ao Ministério Público para que o assunto seja investigado", falou Goetten.

Na carta, o deputado Vanio dos Santos foi acusado de oprimir os funcionários, compactuando com os superintendentes de Negócios e alguns gerentes de Mercado, de participar nas reuniões da Gtech e de receber em forma de depósitos na conta corrente, entre agosto e novembro de 2002, valores entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil.

Resposta - Deixando claro que vai exigir provas de cada palavra reproduzida pelo pefelista, o deputado Vanio classificou o pronunciamento de "inconsequente e incoerente", avisando que irá processar o deputado Goetten por falta de decoro parlamentar, "ao dar credibilidade a uma carta apócrifa". De acordo com o parlamentar, a

carta lida por Goetten foi escrita por funcionários descontentes da CEF e que há pouco ocupavam cargos de superintendência. "São alguns terneiros que desmamararam. É uma denúncia leve e sem fundamento e por isso quero que cada palavra seja provada."

O deputado exigiu que "seja assumido o que foi lido". A fita e as notas taquigráficas do pronunciamento do parlamentar do PFL foram solicitadas por Vanio para que "as medidas necessárias sejam tomadas". O petista recebeu manifestações de apoio em apartes dos deputados Paulo Eccel e Afrânio Boppré, ambos do PT, e do líder Joares Ponticelli (PP). (GMP/MOR)

Souza pede revogação de decreto

Atendendo solicitação do deputado Cesar Souza (PFL) para que seja revogado o decreto que torna obrigatório o registro em cartório de títulos e documentos de contratos de alienação fiduciária na compra de veículos automotivos, a Assembleia Legislativa encaminhou indicação ao governo do Estado.

O parlamentar argumenta que essa medida vai gerar ainda mais a aquisição de veículos, desestimulando o mercado catarinense e fazendo com que os consumidores procurem estados vizinhos, contemplando-os com a arrecadação do respectivo ICMS.

A proposição de Souza visa sensibilizar o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) para que revogue o Decreto nº 6.719/05, celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência do Departamento Estadual de Trânsito e do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, e o Sindicato



Cesar Souza considera medida prejudicial

dos Registradores Civis, Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Escrivanias de Paz. Esse decreto torna obrigatório o registro em cartório dos contratos de alienação fiduciária na compra de veículos automotores. "Santa Catarina é o único Estado da Federação que temos ciência de ter instituído essa obrigatoriedade. Não bastasse ser o setor de maior taxação de impostos no mundo, vem tal medida onerar ainda mais a

aquisição de veículos automotores. O Estado deixará de arrecadar ICMS, pois sairá mais barato negociar em estados vizinhos", observou o deputado.

Pavimentação – Também de sua autoria, foi aprovada indicação pefelista solicitando ao governo do Estado "medidas urgentes" para a pavimentação da SC-469, trecho entre os municípios de Saudades e São Carlos, com acesso a Cunhataí. O parlamentar pediu a inclusão da obra no Programa BID IV, reivindicação encaminhada ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e ao secretário da Infra-estrutura, Mauro Mariani (PMDB).

Souza informou que a Comissão do Movimento pela Conclusão do Asfaltamento da SC-469 promoveu, recentemente, ato público solicitando a conclusão da obra com recursos do BID IV. "A conclusão da obra facilitará o escoamento da produção gerada pelos moradores daquela região", lembra. (CA/Liderança do PFL)

Eccel denuncia trabalho escravo

O deputado Paulo Eccel, líder do PT, comunicou à Comissão de Direitos Humanos as denúncias de trabalho escravo em Campos Novos, publicadas em reportagem da edição de 2 de setembro do jornal *A Notícia*. Campos Novos localiza-se no Meio-oeste catarinense e as denúncias referem-se a uma propriedade de corte e reflorestamento de pinus. No local, uma força-tarefa formada pelo Ministério Público, Justiça do Trabalho, DRT (Delegacia Regional do Trabalho) e Polícia Federal flagrou mais de 50 pessoas trabalhando em condições degradantes. Segundo a reportagem, foram encontrados alojamentos com total falta de higiene, contratações sem assinatura na Carteira de Trabalho e discriminação de trabalhadores, que tinham alimentação e pagamento diferenciados. A empresa envolvida é do grupo Imaribo S/A, com sede no município de Monte

Carlo, também no Meio-oeste.

"No local, próximo à Associação dos Remanescentes de Quilombos Invernada dos Negros (reduto de 115 famílias descendentes de escravos), foram encontrados trabalhadores do interior do Paraná e também remanescentes de quilombos que trabalhavam no corte de pinus. Segundo contaram os próprios trabalhadores, os quilombolas não recebem alimento e são proibidos de conversar com os paranaenses", diz trecho da matéria. "A situação das mulheres que trabalham no corte de pinus é ainda pior: recebem menos do que os homens e, como são da comunidade quilombola local, não têm direito ao almoço", diz outro trecho.

Eccel lembrou que representantes dos quilombolas estiveram na Assembleia, no dia 24 de agosto, denunciando a falta de políticas públicas para a comunidade. (MAP)

Deputada pede amparo a quilombolas

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, a deputada Ana Paula Lima (PT) participou de reunião realizada na comunidade de Quilombo da Invernada dos Negros, no município de Campos Novos, no último dia 11.

Representantes dos quilombos estiveram na Assembleia Legislativa há algumas semanas, pedindo apoio aos parlamentares para a melhoria da qualidade de vida em sua comunidade, com cerca de 115 habitantes. Ana Paula constatou que eles vivem em condições extremamente precárias, conforme informou em Plenário na terça-feira (13). "Há problemas de saúde, alimentação e também de violência, através de ameaças por empresas locais", salientou.

Sobre o processo de demarcação das terras dos quilombolas pelo Incra, a deputada disse que "está avançado aos poucos". "Um grupo de estudos da UFSC está preparando um laudo que servirá para comprovar a posse das terras. De acordo com informações dos responsáveis pela elaboração desse laudo, que ficará pronto em outubro, já foram reunidas provas substanciais de que a propriedade, por direito,

é realmente dos quilombolas. Nossa intenção é apoiar esses remanescentes de escravos a conquistarem sua dignidade e sobrevivência. Portanto, já estamos articulando meios de contribuir no que for possível por intermédio desta Casa."

Barragem Norte – A petista também falou sobre a situação operacional da Barragem Norte, em José Boiteux. Esta barragem, enfatizou, é a mais importante do complexo de contenção de cheias no Vale do Itajaí, que em fevereiro foi invadida e depredada pelos índios. Há duas semanas, técnicos do Deinfra estiveram no local. "Resta agora aguardar recursos e uma solução para os equipamentos que foram quebrados." A parlamentar é integrante da comissão mista formada para acompanhar a evolução do caso da barragem. "Estou fazendo os contatos com o Deinfra e outros órgãos federais responsáveis com o objetivo de liberar em curto prazo os recursos necessários para que o complexo de contenção de cheias volte a operar plenamente. Essa é uma medida emergencial, pois as chuvas das últimas semanas aterrorizaram a região do Vale do Itajaí, em especial Blumenau, porque a Barragem Norte está parada." (DAB)

Ceron questiona notas publicadas pela imprensa

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, ressaltou em Plenário sua insatisfação com as notas que comprometem a imagem do seu partido, publicadas recentemente pela mídia. Ceron destacou que as matérias transmitem à população a idéia de que o PFL é um partido de aluguel, ou seja, um partido que vem trabalhando como apoio para os projetos do governo. "Isso é um absurdo, o PFL tem história própria e não vai permitir que sua trajetória seja denegrada."



Líder do PFL defende sua legenda

De acordo com o parlamentar, não cabe a nenhum partido questionar se o político é bom ou ruim quando ele resolve trocar de partido, pois cada um tem sua postura na política. "Um exemplo recente foi o deputado federal Ivan Ranzolin (PFL)

que durante oito anos esteve no Partido Progressista e era considerado um grande político, e depois de mudar deixou de ser bom. Ninguém tem o direito de denegrir a imagem do outro. Isso tem que acabar", reclamou Ceron.

"Política não se faz com ódio e nem olhando para o passado, e o que o PFL quer é mostrar novas propostas para Santa Catarina, visando desenvolver um trabalho correto. Quero honrar a história do PFL no Estado e dizer que o nosso partido não está trabalhando a serviço do atual governo", enfatizou Ceron.

O deputado Francisco Küster (PSDB) manifestou apoio ao pefelista salientando que "as notas eram do PMDB, e não do governo."

Ceron concluiu dizendo que "o partido pode até vir a trabalhar coligado a outros partidos, mas isso é uma decisão do diretório, e independente das decisões o PFL vai continuar fazendo o que é melhor para Santa Catarina". (TM)

Impasse no transporte urbano preocupa Vanio

Os trabalhadores do transporte coletivo de Florianópolis estão novamente se manifestando e fazendo paralisações em protesto pela demora na definição da convenção coletiva de trabalho. O alerta foi dado pelo deputado Vanio dos Santos (PT) em Plenário. Ele explicou que a convenção coletiva celebrada no dia 8 de junho entre os empresários do transporte e os trabalhadores, com a intermediação do poder público, ainda não foi assinada. "A impressão é de que passaram a perna nos trabalhadores", concluiu.

Os empresários justificam a demora, segundo Vanio, no estudo sobre o transporte coletivo urbano da capital, ainda não finalizado. Esse estudo está sendo

feito por uma equipe da empresa do arquiteto paranaense Jaime Lerner, contratada pela prefeitura de Florianópolis, e que a contar do dia 17 de agosto tinha 30 dias para entregar o trabalho. "Mas então porque estão demitindo trabalhadores e reduzindo o número de linhas? Para dar aumento tem que esperar o diagnóstico da empresa, mas para demitir e diminuir custos não precisa esperar o diagnóstico", questionou.

Eleições - Vanio informou que encerrou-se, no último dia 5, a série de debates feitos no Estado com os cinco candidatos ao Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. Ele agradeceu a partici-



Petista alertou para problemas

pação nos debates, especialmente dos militantes e filiados ao partido. As eleições para os diretórios municipais, estaduais e nacional do PT serão realizadas no dia 18 deste mês. (MAP)

Manoel Mota pede recursos do Pronaf

A exclusão das regiões Sul e Oeste do Pronaf Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário motivou o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, a fazer um apelo ao Conselho de Agricultura do Ministério para que reveja os critérios utilizados. Para o parlamentar, "vão penalizar regiões produtivas que enfrentaram problemas com as chuvas e a estiagem".

Arroz - Outra preocupação é a "falta de planejamento do governo federal", que permitiu a importação de mais de mil sacas de arroz da Argentina. Segundo Mota, a União incentiva a compra de equipamentos e insumos para aumento da plantação e permite a entrada de arroz de outro país. "Falta um planejamento adequado, pois



Peemedebista criticou governo federal

promovem o estímulo ao plantio na hora da colheita o agricultor fica com a produção estocada", reclamou Mota. (MOR)

Seriedade na política é essencial

Com a presença dos deputados federais Roberto Freire (PE), presidente nacional do PPS, Fernando Coruja (SC), presidente estadual do partido, e da juíza Denise Frossard (RJ), o líder do PPS na Assembleia Legislativa, Altair Guidi, destacou o fim de semana em que estiveram em Criciúma para conversar com os eleitores e ao mesmo tempo demonstrar que a política, "quando feita com seriedade, ainda atrai o interesse dos mais diferentes segmentos sociais, mesmo com a extensão da crise política que atra-

vessamos atualmente".

Guidi salientou que, em função da atual crise política, existe um verdadeiro bombardeio por parte das revistas semanais, "que se transformam num verdadeiro tormento para a classe política nacional, especialmente para lideranças comprometidas com esquemas de corrupção". O último escândalo que mereceu destaque na mídia nacional foi o possível envolvimento do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE), com "um mensalinho cobrado de um restaurante". (SCT)



Guidi: pela ética

Situação das creches na capital é precária

A situação das creches municipais da capital voltou a preocupar o deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido). O parlamentar relatou o caso de uma menina de 3 anos que foi picada por um filhote de jararaca, no dia 2, enquanto brincava no pátio do Núcleo de Educação Infantil, no Canto da Lagoa. O parque da creche foi interditado pela diretora Marilda Martins Vieira até ser feita limpeza de área próxima.

Segundo a diretora, em entrevista divulgada pela imprensa, a interdição continuará até que os entulhos e lixos sejam retirados. Ela informou ainda que várias solicitações já haviam sido feitas para a limpeza da área. "Agora a creche deve ser limpa", indignou-se Duduco. Na mesma reportagem, o secretário municipal da Educação, Rodolfo Pinto da Luz, confirmou que a limpeza da área foi so-

licitada para a Intendência da Lagoa da Conceição. Ele lamentou o ocorrido, que atribuiu à falta de conscientização de alguns moradores que ali depositam entulhos.

Prisão - O deputado também lamentou a atitude do juiz Leopoldo Augusto Brüggemann, plantonista da 3ª Vara Criminal do Fórum de Florianópolis, que negou pedido de prisão preventiva do casal da capital que confessou a morte do filho de dois meses e meio. O pedido foi feito pelo delegado Júlio Cesar Peres Arantes, da Central de Polícia, na madrugada de domingo. "Ladrão de galinha mandam prender na hora, agora, a mãe que matou a criança, o Judiciário não manda prender", disse. A justificativa do juiz foi a de que "o casal não foi preso em flagrante, tem endereço fixo e família constituída e não tem perfil criminoso". (MAP)

Planasp pode melhorar segurança pública

A implementação do Programa de Reforma das Instituições de Segurança Pública e Reorganização Institucional, elaborado para ser executado durante o governo de Luiz Henrique da Silveira, evitaria saídas pouco compensadoras e problemáticas para o Estado, como a proposta de criação do soldado temporário.

Conforme informou o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), consta no Planasp que, ao longo dos quatro anos, seriam contratados 2 mil policiais civis, 6 mil militares, 600 bombeiros, 800 agentes penais e constituídas mil vagas para nível de segundo grau, redistribuição do efetivo, entre outros itens. "Mas o governo alega falta de verba para essas contratações e elaborou o projeto que cria o soldado temporário que, a meu ver, não resolve o problema e acaba criando outros. Como os contratos serão só de dois anos os jovens podem se sentir desvalorizado", argumentou.

Falhas - Dentinho listou o que considera serem pontos fracos do projeto soldado temporário, como por exemplo, fornecer um fardamento diferente. "Isso não resolve. O que precisa mudar é a proposta.



Dentinho é contra projeto governamental

Além desse projeto não contemplar a segurança pública, como seria necessário, podem ocorrer problemas como jovens fornecerem informações importantes aos traficantes de drogas, por exemplo". Também classificou o limite de 10% das vagas existentes reservadas às mulheres pela proposta do Executivo, como preconceituosa.

Efetivo - Na terça-feira (13), ele voltou a pedir aumento de efetivo policial em Joinville.

Outra reivindicação, foi o reajuste salarial para os praças, previsto na Lei Complementar 254/03. Esta lei, entre outras coisas, prevê a implantação da escala vertical de salários com reajustes escalonados, num prazo de três anos (TK/TM)

Aprovado

Servidores do Ipescc recebe gratificação

Órgão que atende aproximadamente 34.100 servidores inativos e 8 mil pensionistas, o Ipescc enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 330/05, aprovado em Plenário, que institui a gratificação previdenciária ao seu quadro de pessoal. O benefício serve como motivação para atividades de fiscalização e auditoria no pagamento de aposentadorias e na arrecadação de contribuições, uma

vez que o Ipescc pretende, em breve, abrir concurso público para ingresso de novos funcionários.

A proposta determina que o valor total da despesa com a gratificação será fixado em 12% da média aritmética simples da receita arrecada com o Ipescc no exercício anterior, assim como a despesa total com pessoal, ativo e inativo, mais encargos, não poderá ultrapassar 40% da receita orçamentária anual do órgão. (RV)

Artigo de governador é alvo de críticas

Em novo artigo no jornal *A Notícia*, publicado no dia 11, domingo, o governador Luiz Henrique da Silveira voltou ao tema das pesquisas científicas, afirmando que "o seu pensamento dirigia-se a saudar o conhecimento humano, sem qualquer tipo de preconceito, referindo-se ao que escreveu anteriormente sobre eugenia, alvo de severas críticas manifestadas por cientistas em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*. "Sabemos que se investe muito na pesquisa e na ciência, mas, quando pensamos que o cientista sabe tudo, o melhor é dizer que ele sabe que não sabe, reconhece sua ignorância", afirmou o deputado Afrânio Boppré (PT).



Boppré: "Emenda saiu pior do que o soneto"

Para o petista, o governador saudou a purificação da raça humana, defendendo assim, uma pseudociência, o que Luiz Henrique rebate no último artigo, dizendo que foi "mal e maldosamente interpretado".

Diante da repercussão gerada no Estado, ao artigo em que o governador diz que "os feios e os deformados" de-

veriam buscar ajuda na ciência, Afrânio acredita que "a emenda saiu pior que o original".

Com relação a forma como o governo está sendo conduzido, Boppré afirma que "está abandonado, pois a agenda só trata da pauta eleitoral". Conclui o parlamentar que "a eleição é consequência da política e a política atual do governo é a eleição". (SCT)

Vieira defende micro e pequeno empresário

Preocupado com a burocracia que é imposta para abrir uma micro ou pequena empresa no país, o deputado José Carlos Vieira (PFL) pediu aos líderes das bancadas urgência na indicação dos membros que irão compor o Fórum Parlamentar para o Acompanhamento da Deliberação do Congresso Nacional acerca da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A proposta, em tramitação no Congresso, dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado ao segmento, com o objetivo de viabilizar a competitividade deste segmento, como estratégia de geração de emprego.

De acordo com relato do parlamentar, empresários reunidos no dia 5, na Câmara de Vereadores de Joinville, solicitaram apoio



José Carlos aposta no trabalho do Fórum

na busca de soluções para reduzir o excesso de recolhimento de carga tributária. Atualmente, afirmam, mais de 60% dos negócios fecham suas portas em menos de um ano de atividade. "É consenso que hoje a economia brasileira é sustentada pelas micro e pequenas empresas", destacou o deputado. "Por isso nossa luta para assegurar a abertura de novos postos de trabalho."

O requerimento de autoria de José Carlos Vieira, que criou o Fórum, foi aprovado no dia 1º de setembro. Além de deputados estaduais, contará com um representante da Uvesc (União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina), para, através de audiências públicas regionalizadas, recolher e consolidar sugestões sobre normatização nacional da matéria. (MOR)

DOS GABINETES

Blasi propõe regulamentação

Proposta de dois projetos de lei foram encaminhados pelo líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao Executivo através de indicações aprovadas na semana passada, em Plenário. Um dos projetos dispõe sobre normas relativas à produção, industrialização, distribuição, consumo de produtos e serviços e institui a CNVDC (Certidão Negativa de Violação dos Direitos do Consumidor). O outro, cria o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

As duas matérias visam à regulamentação do Código de Defesa do consumidor, tornado lei em 1990, e só não foram protocoladas como projetos porque, por prerrogativa constitucional, tais iniciativas só cabem ao Executivo. A sugestão de dedicar-se ao tema, conforme Blasi, partiu de integrantes do Procon.

No caso da normatização, a proposta de lei abrange a todos os que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, ex-

portação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços no âmbito estadual. O projeto pretende disciplinar preços, como devem ser afixados, formas de assegurar o direito de o consumidor ter clareza sobre juros embutidos em financiamentos e multas decorrentes da inadimplência. Também trata da comprovação de sinal, do orçamento prévio e dos contratos de adesão, estabelecendo ainda critérios para promoções.

Vigilância - Na segunda sugestão de projeto de lei, Blasi entra nas questões atinentes à proteção do consumidor, normatizando atribuições do Procon e do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor, detalhando o Fundo de Defesa do Consumidor e como deverão ser investidos valores de multas aplicadas. A idéia é que tais receitas financiem a melhoria do sistema, garantindo a renovação e ampliação da frota do Procon, melhorando suas instalações e incentivando desde o treinamento de pessoal até programas sociais, de ensino e da cultura na área de defesa do consumidor. (EPS)

Banicultores pedem prorrogação de dívidas

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) e representantes dos banicultores de Santa Catarina entregaram ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, pedido de prorrogação dos prazos para pagamento dos financiamentos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em função da crise existente no setor. A audiência aconteceu após a cerimônia de lançamento do Plano Safra 2005/2006, realizada na Epagri, na terça-feira (13).

"Solicitamos a prorrogação dos financiamentos de custeio do Pronaf, que totalizam R\$ 12,4 milhões, esclarecendo ao ministro que essa prorrogação não poderá impedir o acesso dos agricultores ao financiamento do custeio da próxima safra, porque os produtores estão descapitalizados e dependem desses recursos para produzir", relata o deputado Dionei. Ele enfatizou que a atividade emprega 5 mil famílias e gera 30 mil empregos diretos e outros 100 mil empregos indiretos no Estado. O ministro mostrou-se sensível à reivindicação e prometeu dar uma resposta na próxima semana. Assinam o documento entregue a Rossetto, a Febanana (Federação das Associações de Banicultores de Santa Catarina), a Fetaesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

Estado de Santa Catarina) e a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, que manifestaram preocupação com os prejuízos acumulados até agora, num total de R\$ 59 milhões. O problema que ocasiona maiores prejuízos aos bananais é a doença chamada sigatoka negra e as dificuldades de comércio com os países vizinhos são apontadas como as principais causas da crise que afeta a bananicultura.

A maior parte dos financiamentos de custeio que os banicultores contraíram na última safra vence entre os meses de setembro e dezembro. As entidades propõem que o pagamento das dívidas seja realizado em duas parcelas, com vencimento para junho de 2006 e junho de 2007.

Vendaval - Além da crise provocada pela Sigatoka Negra, os banicultores do município de Garuva perderam mais de 50% da safra em função de intempéries (vendavais) ocorridas no início de agosto. Os produtores juntaram documentos, inclusive o decreto de calamidade editado pelo município de Garuva e os laudos meteorológicos da Epagri, que foram entregues ao ministro. Eles solicitam verba do Ministério e do governo do Estado, nos moldes da Bolsa Estiagem que foi paga aos produtores do Oeste pelo governo federal, para ajudar na reparação das perdas. (LC)

Cultura germânica

Fórum parlamentar define ações de trabalho

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A criação, em Joinville, do primeiro grupo de trabalho e planejamento de ações em pelo menos quatro áreas de atuação, a serem apresentadas num prazo de 45 dias, é a prova do acerto da iniciativa do Parlamento estadual ao criar o Fórum Permanente de Resgate da Cultura Germânica, que pretende atuar em 24 municípios catarinenses. Na maior cidade do Estado, o foco inicial estará voltado à preservação e valorização do patrimônio material, onde incluem-se os casarios, igrejas, cemitérios e museus, e do patrimônio imaterial, que abrange a dança, música e gastronomia. Na educação, a meta é a divulgação do aprendizado e a valorização da língua, com ênfase aos intercâmbios para jovens. A cultura contemporânea pretende conquistar espaços com o intercâmbio de grupos musicais e de dança modernos.

Reunindo 27 instituições e mais de uma centena de convidados, o encontro foi realizado no dia 9, nas dependências da Sociedade Lírica, simultâneo à abertura da *Fhrülingsfest - Festival da Primavera*, organização da Sociedade Cul-

tural Alemã de Joinville. Marcou também a primeira visita a Santa Catarina do novo cônsul-geral da Alemanha, Herbert Staudt, que foi recepcionado pelo cônsul honorário Udo Döhler e pela presidente do Fórum, deputada Simone Schramm (PMDB).

“A comunidade percebe a importância da valorização da diversidade das etnias que compõem a sociedade catarinense e sua importância para o nosso desenvolvimento econômico, pelos aspectos ligados ao turismo ou à cultura, que envolvem um variado leque de perspectivas às atuais e futuras gerações”, observou Simone.

Participaram representantes do Instituto Teuto-brasileiro de Santa Catarina, da Sociedade Cultural Alemã de Joinville, do Museu da Imigração e Colonização, do Museu Nacional da Imigração, da Sociedade Cultural Lírica, do Grupo Folclórico Germânico Silberfluss, da Secretaria Municipal de Cultura, das fundações Cultural e do Desenvolvimento Sustentável do município, Univil, Ielusc, rede estadual de ensino e ICBA (Instituto Cultural Brasil Alemanha). (EPS)



Vinte e sete instituições e mais de uma centena de convidados participaram da reunião de trabalho

Criação

O Fórum da Cultura Germânica foi constituído por ato da presidência da Assembléia e instalado em julho, no município de São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, primeira colônia alemã de Santa Catarina. Além da deputada Simone Schramm, também participam os deputados Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), Jorginho Mello (PSDB), Ana Paula Lima (PT), Joares Ponticelli (PP), Antônio Ceron (PFL), Narciso Parizotto (PTB) e Odete de Jesus (PL).

A secretária de Cultura de Joinville, Maria Teresa Collares, prevê para outubro a realização de novo encontro em São Bento do Sul, envolvendo também as comunidades de Rio Negrinho, Corupá e Campo Alegre. Aguarda-se a participação de representações de Forquilha, São Martinho, Rio Fortuna, Alfredo Wagner, São Ludgero e Grão Pará em outra reunião. (EPS)

O que propõe o Fórum

- Reinstalar o Consulado Alemão em Santa Catarina;
- Criar e organizar um banco de dados de referência para que sejam divulgadas realizações, publicações e eventos relativos à cultura germânica;
- Elaborar agenda cultural que integre eventos;
- Desenvolver um *site* que disponibilize dados e informações sobre a cultura germânica;
- Criar meios de intercâmbio educacional, cultural, econômico e social;
- Estimular assinatura de convênios, termos de cooperação e ajuste entre organismos das áreas de educação, cultura e indústria, envolvendo governos municipal, estadual e federal, além de consulados, embaixadas, universidades e iniciativa privada;
- Assinatura de acordos com instituições responsáveis pela proteção dos bens patrimoniais material e imaterial para registro dos aspectos que dizem respeito à arquitetura, gastronomia, artesanato, artes cênicas, dança, música;
- Homenagear pessoas e entidades que preservem e divulguem os valores culturais.



Apresentação do Grupo Infantil de dança folclórica da Sociedade Lírica



Consul-geral Herbert Staudt, deputada Simone e Udo Döhler



Encontro foi realizado na sede da Sociedade Lírica